



PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS URBANOS: “Porto Maravilha”, Rio de Janeiro

Autores:

Maria Lúcia Borges de Faria - EAU-UFF - arq.lborges@gmail.com

Resumo:

O presente artigo trata da produção do espaço nas metrópoles contemporâneas – agenciadas no modelo de grande projeto urbano (GPU) – tendo como viés o patrimônio cultural urbano. Estudos realizados vêm evidenciando que os GPU operacionalizam o patrimônio cultural urbano nas estratégias de city marketing e de promoção cultural, tendo como efeitos: esvaziamento de seus sentidos e gentrificação. Reproduzindo tendência internacional a cidade do Rio de Janeiro, com vistas aos jogos Olímpicos de 2016, realizou o grande projeto Porto Maravilha. Assim, com base em pesquisa realizada, busca-se reconhecer na sua implantação as relações que se estabelecem entre a produção do espaço e as iniciativas de caráter cultural imbricadas nesse processo. Como caminho metodológico e tendo como referencia duas políticas públicas - programa “Novas Alternativas” e “Pro APAC” - examina-se disputas e tensões que se estabelecem entre os agentes dos campos do GPU e o do patrimônio cultural. Conclui-se, no contexto do alargamento da noção de patrimônio e do realinhamento de forças, por tendência à convergência entre os campos.



PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS URBANOS

“Porto Maravilha”, Rio de Janeiro

A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO URBANO E SEU VIÉS CULTURAL

A ampliação da noção de patrimônio e a difusão de experiências de reabilitação de tecidos históricos no contexto de sua valorização vêm fomentando a relevância da dimensão cultural na concepção e utilização dos espaços urbanos nas metrópoles e cidades em geral.

Aliada aos grandes equipamentos culturais, a reabilitação de ambientes históricos vem propiciando ganho financeiro para investidores e despertando interesse nas operações urbanas. Em geral um conjunto de iniciativas como a recuperação de imóveis em precário estado de conservação com instalação de novos usos, a requalificação dos ambientes urbanos e a promoção de atividades culturais e eventos, têm propiciado atração de investimentos e prestígio político a gestores urbanos. Inúmeras são as cidades ao redor do mundo, que a partir das últimas décadas do século XX têm feito sua economia girar se servindo de processos de transformação urbana. E nesses, conforme observam vários autores, as iniciativas associadas à cultura tem ocupado posição de destaque (ARANTES, 2011; KARA-JOSÉ, 2007; MOTTA, 2000; SÁNCHEZ, 2010).

Observa-se que a partir da falência dos ideais modernistas e emergência da revalorização dos tecidos urbanos pré- modernos, dos movimentos de retorno ao centro, dentre outros, instala-se uma nova forma de pensar o urbano e a produção do espaço, pautados no agenciamento de intervenções localizadas.

Nas sucessivas experiências que se multiplicaram na Europa e nos USA, a partir da década de 1960 – desde revitalizações de centros históricos, a grandes intervenções urbanas - foram se delineando modelos de gestão e reproduzindo-se padrões arquitetônicos e urbanísticos que, tendo Barcelona (1992) como referencia paradigmática, se difundiram no ocidente, alcançando também a América Latina. A emergência desses novos modelos de produção do espaço urbano da cidade capitalista neoliberal, vem desvelando a maneira como o interesse pela cultura por parte da sociedade vem sendo operado em favor da reprodução do capital.

Na expansão e aprimoramento desses modelos, que podem ser reconhecidos como hegemônicos, a gestão das cidades assume contornos empresariais disputando umas com as outras a atração de público e investimentos num mercado de cidades competitivas. Assim, várias cidades passam a empreender intervenções em extensas áreas outrora utilizadas como parques industriais, ferroviários ou portuários cuja transformação dos meios de produção, a partir de meados do século XX, levou à obsolescência. São áreas que em geral gozam de localização privilegiada e, uma vez aparelhadas, possibilitam extraordinárias rendas fundiárias. Tais intervenções, comumente envolvendo grandes somas financeiras e promovendo intensas transformações no território, com impactos de várias ordens, são então identificadas como um “grande projeto urbano” (GPU), conforme conceituado adiante.

Observa-se, contudo que atrelada a operações urbanas dessa ordem estão iniciativas de natureza cultural, que participam nas diversas dimensões do projeto e possibilitam ao empreendimento alcançar o capital simbólico necessário ao incremento da reprodução do capital financeiro (KARA-JOSÉ, 2007).

No âmbito dos jogos olímpicos de 2016, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro realizou o Projeto Porto Maravilha, então apresentado como de inequívoca qualidade, uma vez que, segundo seus agentes, implanta no Rio de Janeiro experiências “de sucesso” comprovado como as de Barcelona, Buenos Aires (Puerto Madeira) e outras. Tal empreendimento, reconhecido como um GPU, configura-se como um excelente laboratório para estudo e reflexão dos processos contemporâneos de produção do espaço urbano e das relações que se estabelecem na apropriação do patrimônio cultural que este realiza, conforme será desenvolvido a seguir.

O PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS “MODELOS” URBANOS

A partir da segunda metade do século XX é possível perceber uma inflexão nos processos de produção do espaço urbano, quando intervenções nos tecidos pré-existentes nas cidades passam a substituir o modelo até então dominante - renovação de frações de cidade ou incorporação de novas áreas produzidas sob o racionalismo modernista. Tais fenômenos decorrem do questionamento ao modelo e do reconhecimento de valores nas cidades em sua acepção tradicional. Na origem desses, estão correntes de pensamento que a partir da Carta de Veneza (1964), tomando essa como um marco consagrado, vão afirmar o progressivo alargamento do conceito de patrimônio, como segue:

Ampliação da noção de patrimônio em várias dimensões:

A ampliação do conceito de patrimônio histórico e do seu campo de abrangência, segundo Choay (2006, p.15), no século XX passou por uma tripla extensão: a) Tipológica - a arquitetura comum ou mesmo industrial entra no campo da preservação; b) Cronológica - a noção de patrimônio passa a incluir etapas antes desprezadas, como no Brasil o eclético, o art nouveau; c) Geográfica - a idéia de monumento histórico se espalha pelo mundo:

Da primeira Conferência Internacional para conservação dos Monumentos históricos – Atenas, 1931, só participaram países europeus. A segunda, Veneza, 1964, contou com três países não europeus: Tunísia, México e Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a convenção do Patrimônio Mundial” (CHOAY, 2006, p.14)

Sendo o patrimônio um campo bastante sensível às mudanças de pensamento que alcançam os diferentes povos, está sujeito à dinâmica de suas alterações. Assim, em decorrência de um debate em escala progressivamente mais ampla, veio sendo construído em seu interior um arcabouço que, apesar de tão dinâmico quanto às organizações sociais e respectivos territórios, serve de referência às ações do campo. Identificam-se então três processos relacionados ao reconhecimento do patrimônio, que foram pouco a pouco promovendo a ampliação do campo:

a) do reconhecimento do monumento isolado passou-se ao do ambiente urbano - tanto quanto se ampliava o reconhecimento do ambiente urbano como patrimônio, maior deveria ser o diálogo com o campo do urbanismo;

b) o aprofundamento da noção de patrimônio imaterial - sob influência da antropologia, então nova disciplina, decorreu o reconhecimento de valores e sentidos do patrimônio que não se esgotavam no objeto, mas se associavam aos processos a que estavam submetidos. Assim, em final do século XX, se consolida a noção de patrimônio imaterial;

c) do patrimônio reconhecido por seus valores histórico e artístico passou-se à incorporação de outros valores, que num espectro mais amplo reconheceu o patrimônio cultural - no âmbito do reconhecimento da diversidade cultural, de etnias, grupos sociais minoritários e lutas por justiça social surge a noção de “patrimônio cultural urbano”.

Essa nova “leitura” do patrimônio interfere nos debates mais recentes com o campo do urbanismo, bem como tende a incorporar novos agentes à produção do espaço urbano contemporâneo. A conservação do patrimônio cultural urbano e do patrimônio imaterial impôs desafios metodológicos ainda não superados. Na consolidação dessas noções há um expressivo aumento na quantidade e natureza dos bens a serem protegidos, para o que vem sendo exigido intenso debate. A noção de patrimônio cultural urbano, sobretudo se alicerçou na da conservação integrada, consolidada ainda na década de 1970, como segue.

Conservação integrada como arcabouço teórico ao desenvolvimento urbano

Referenciadas às correntes contextualistas européias que preconizavam a preservação do tecido urbano tradicional, as experiências em centros históricos realizadas em final dos anos 1960 pelo governo socialista italiano foram consideradas exitosas não somente pelos efeitos da reabilitação alcançados, mas pela participação e permanência das populações de baixa renda aí residentes. A intervenção na cidade de Bolonha tornou-se emblemática, tendo inspirado a consolidação dos princípios da Conservação Integrada, então sistematizada na Declaração de Amsterdã, resultado do Congresso sobre Patrimônio arquitetônico (1975).

Do seu enunciado, destaca-se:

a. Permanência das populações afetadas aos bens como desejável, pois são elas que se identificam e sustentam a dimensão intangível dos bens;

b. Prioridade da preservação do patrimônio nos planos e intervenções urbanas - “a conservação do patrimônio arquitetônico constitui um dos objetivos maiores do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial” (CURY, 2000, p.202) - preconizando como indispensável “Um diálogo permanente entre os conservadores e planejadores (...). Os urbanistas devem reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhes são próprias.” (CURY, 2000, p.202-203).

No âmbito da conservação urbana, cujo grande desafio é a conciliação da proteção do patrimônio cultural com o desenvolvimento urbano, a consolidação dos princípios da conservação integrada pode ser considerada como um marco referencial. Contudo, consolidou-se mais como conceito no plano teórico do que como resultado de um conjunto de experiências realizadas. O sucesso alcançado no contexto dos governos socialistas, que possibilitaram sua formulação, não se verifica nas cidades cuja produção do espaço urbano se pauta na economia capitalista. Nessas intervenções, frequentemente o valor de troca se sobrepõe ao de uso (LEFÈBVRE, 2012), acarretando significativas alterações no tecido social com a substituição de populações e atividades e a perda de sentidos culturais.

As políticas de salvaguarda e de “revitalização” urbana na construção de “modelos” de intervenção.

Nas mesmas décadas em que se consolidava a noção de patrimônio cultural urbano e a Europa se voltava para reabilitação de centros históricos, nos USA, como efeito de mudanças no modo de produção e da ociosidade de antigos parques industriais, novas experiências em revitalização de áreas urbanas eram empreendidas. Nessas áreas, que haviam perdido vitalidade econômica, novas configurações espaciais e usos a essas associados eram implantados, se utilizando tanto quanto possível das antigas estruturas fabris. Não tardou a mútua alimentação das experiências e a emergência de novos modelos urbanos. (HALL, 2013, p.412-415)

Para o campo do patrimônio, a perspectiva de aliar novos usos e atividades às estruturas tradicionais sugeria ser uma boa medida para o equacionamento dos custos de restauração, contudo as sucessivas experiências foram expondo a complexidade dos tecidos urbanos em suas múltiplas dimensões. Tornaram-se recorrentes os processos de gentrificação e estetização do patrimônio evidenciando as debilidades da “fórmula” (CHOAY, 2006).

Por outro lado, no campo do urbanismo, políticas urbanas passaram a atender a motivações estratégicas voltadas à atração de investimentos num ambiente de competição entre cidades. Experiências replicadas e amplamente divulgadas tornam-se, assim, “modelos” de intervenção cuja reprodução se pauta por incorporar estratégias hegemônicas, com a “fabricação” de oportunidades e a exportação para regiões periféricas

como a América Latina, onde tendem a ser absorvidos sem crítica. Tais práticas que envolvem a mercantilização do espaço urbano e a reprodução do capital financeiro incorporam também, como relevante componente, a dimensão cultural, confirmando o entrelaçamento dos campos de urbanismo e patrimônio. (SÁNCHEZ, 2010; KARA-JOSÉ, 2007)

PATRIMÔNIO CULTURAL NO GRANDE PROJETO URBANO (GPU) “PORTO MARAVILHA”

Apoiado no planejamento estratégico o empreendedorismo urbano realiza a reprodução do capital mediante a produção do espaço urbano, pondo em jogo, no contexto da disputa entre cidades, suas qualidades – infraestrutura urbana e serviços; paisagem natural e construída; presença de bens e manifestações culturais, dentre outros. As cidades devem ter sua imagem produzida e impregnada de valor simbólico, possibilitando “(...) a fabricação de uma nova cidadania e um novo modo de ser e viver na cidade. São novas “pautas” e estilos de vida estimulados pelos meios de comunicação (...)” (SANCHEZ, 2001, p.166). Nesse sentido, a dimensão cultural adquire grande relevância na produção desses “novos espaços urbanos”.

Nesse contexto, consolidam-se intervenções então nomeadas como “grande projeto urbano” (GPU), cujas características gerais envolvem mobilização de elevadas quantias e grande volume de obras, sendo, entretanto causadoras de impactos e rupturas nas múltiplas dimensões do tecido urbano e social. (ETTERN, 2006-2006)

O conteúdo simbólico da cultura encerra algumas dimensões associadas ao reconhecimento que os grupos humanos emprestam às diversas formas como se manifestam suas expressões culturais. Entretanto, nos GPU, essas são apropriadas em favor dos objetivos do projeto. Segundo Lia Motta (2000), do patrimônio cultural interessa apenas sua imagem, despido de qualquer outro valor que não seja o puramente estético. Assim, os sítios urbanos são apropriados “(...) como “matéria prima” para a construção da imagem que corresponde ao novo valor simbólico, preparando-os para o consumo ou como cenários de atração para o consumo.” (MOTTA, 2000, p. 263). Passam a ser reconhecidos como “bens culturais” no circuito da comunicação, do consumo de massa e da indústria cultural, adquirindo, então, valor simbólico relacionado ao mercado.

Assim, a componente cultural é operacionalizada de diversas formas, seja na estruturação dos espaços - com a presença de museus, palcos, restauração de imóveis e outros, seja por meio de animação cultural, tais como: valorização, promoção e divulgação da história, do patrimônio edificado e das tradições culturais; criação de agenda para eventos, visitas, exposições, shows e outras manifestações artísticas; promoção de concursos e festivais de moda, gastronomia, design, bem como o incentivo a atividades do ramo da economia criativa.

Nesse sentido, o projeto Porto Maravilha mostrou-se um objeto de estudo exemplar, em suas características gerais, oportunidade “fabricada” e a presença marcante do elenco de iniciativas culturais a serviço da promoção cultural e do city marketing, (FARIA, 2016).

Como em outros, também nesse projeto, o viés cultural cumpriu o papel de apaziguador de tensões pela mobilização de seu valor simbólico.

No contexto da preparação para os Jogos Olímpicos de 2016 e diante de uma conjunção política favorável a Prefeitura levou a termo na região portuária do Rio de Janeiro o projeto em tela. Impactada por mudanças tecnológicas e crises no setor desde os anos de 1970, essa fração da área central da cidade, cuja história remonta ao século XVIII, vem sendo alvo de especulação e laboratório para projetos desde os anos 1990, quando o planejamento da cidade passou a ser influenciado pelos modelos estratégicos.

Com topografia acidentada e litoral recortado com bons ancoradouros, sua ocupação foi sendo paulatinamente intensificada, porém, a partir da segunda metade do século XIX, a ascensão de sua importância no setor portuário veio a exigir a construção de novas instalações acarretando, nos primeiros anos do século XX, a retificação de seu litoral mediante um grande aterro que possibilitou a expansão das atividades e a reafirmação de seu caráter portuário. (LAMARRÃO, 2006)

Sua história, associada à população africana escravizada e à concentração de trabalhadores e imigrantes das camadas populares, construiu significativo patrimônio cultural que ao longo dos anos preservou-se em decorrência do desinteresse do capital imobiliário por essa região, apesar da intensa verticalização e obras rodoviárias que ocorreram na cidade em meados do século XX. Porém em início dos anos 1980 a partir de um projeto de renovação urbana de grande impacto, mediante mobilização social, foi instituída uma área de proteção ambiental cuja regulamentação preservava a morfologia tradicional e o significativo patrimônio cultural, materializado na grande quantidade de bens tombados.

O grande projeto, em curso a partir de 2009, viabilizado como uma “operação urbana consorciada” (OUC), baseou-se em modelagem financeira elaborada pelos agentes do mercado imobiliário, que em seguida foram os responsáveis também pela execução das obras. Apesar de se apoiar num discurso referenciado a iniciativas sócio-culturais e benefício da população local, na prática privilegiava a lógica do mercado, promovendo valorização financeira com espaços reconfigurados em favor de novos usos e atividades, voltados a grandes corporações e a camadas sociais mais abastadas que os atuais moradores e usuários. (FARIA, 2016)

Assim, em sua proposta de ocupação não são considerados critérios de diálogo entre o tecido tradicional e o a ser renovado. O projeto fez da APAC uma “ilha isolada” em cujo interior as restrições volumétricas previamente estabelecidas são acatadas – edificações de pequeno porte variando de um a três pavimentos - enquanto no anel circundante a esta foram propostos prédios com mais de trinta andares, com usos e atividades absolutamente distintos dos da APAC numa evidente ruptura em múltiplas dimensões – física, econômica, social, cultural, paisagística, escalar. A notória ausência de diálogo morfológico no novo desenho urbano evidencia a apropriação da cidade, artefato cultural, como um ativo financeiro, além de ser fator determinante na perda de significâncias e valores culturais até então vivenciados.

A título de exemplificação do agenciamento dos tecidos urbanos no projeto Porto Maravilha comentam-se duas políticas públicas a esse incorporadas: o programa “Novas Alternativas” voltado à produção de unidades habitacionais na área central e o “Programa de apoio financeiro à recuperação de imóveis de preservação” (Pro-APAC).

NOVAS ALTERNATIVAS E PRO-APAC

A cidade do Rio de Janeiro é dotada de inestimável patrimônio cultural. Patrimônio esse desde muitas décadas associado, assim como sua beleza natural à atividade turística. Sua área central sofreu o mesmo processo de esvaziamento de tantas outras, a partir de final do XIX. O parque edificado progressivamente desconsiderado nas políticas públicas e de investimento vai sendo ocupado por população mais pobre.

Em início dos anos 1980, sob influência das experiências internacionais são instituídos perímetros de proteção do patrimônio urbano. Em 1992 o plano diretor da cidade consolida tais iniciativas num instrumento legal denominado “Área de Proteção do Ambiente Cultural” (APAC) que se mantém vigente até hoje.

Na perspectiva de investimentos, o projeto Porto Maravilha pode ser percebido como o clímax de iniciativas estratégicas realizadas na área central do Rio de Janeiro desde os anos 1990, tais como restauração de monumentos e requalificação de espaços públicos com vistas à revitalização econômica e à atividade turística.

Do Programa Novas Alternativas

Sob influência das correntes de pensamento que preconizavam a relevância dos tecidos históricos e buscavam promover ondas de “retorno ao centro”, contemplando preferencialmente a presença da habitação popular, a Prefeitura lançou o programa “Novas Alternativas” (1996) visando à produção de unidades habitacionais no tecido histórico - seja pela ocupação de vazios urbanos, seja pela reabilitação de imóveis. O Programa, de caráter experimental, desenvolvia projetos adequados às estruturas físicas pré existentes e enfrentava os desafios de sua execução, no equacionamento dos entraves fundiários e burocráticos, na obtenção de recursos financeiros e no esforço de propiciar condições para que os mesmos moradores reocupassem os imóveis após as obras (PCRJ, 2000).

Tendo iniciado pela recuperação de cortiços, moradia tradicional no Centro da cidade a partir do século XIX, tratava-se de iniciativa reconhecidamente alinhada com os enunciados das cartas patrimoniais e recomendações quanto à proteção do patrimônio urbano e a relevância das políticas de habitação social em áreas centrais. Porém em virtude das características do trabalho a realizar e da complexidade do contexto nas áreas históricas, os resultados não eram numericamente significativos, além de exigirem prazos considerados longos na visão imediatista predominante na esfera política. Assim passada a gestão de seu idealizador o programa perde prioridade na agenda pública.

Na busca de equacionamento financeiro em fases subseqüentes, o Programa voltou-se ao atendimento de camadas de maior poder aquisitivo, mas ainda assim, pouco

prestigiado na esfera governamental. Atuava com equipes reduzidas, permanecendo os resultados numericamente baixos. Contudo, vale observar que, mesmo de forma lenta e gradual, o Programa persistia no seu objetivo e chega a 2009, ainda gozando de reconhecimento pela originalidade e relevância de sua concepção - produção habitacional em área central com inserções harmoniosas nos conjuntos arquitetônicos históricos - condição fundamental à conservação do patrimônio urbano.

Assim, supõe-se que em virtude do prestígio e reconhecimento da qualidade do Programa, bem como da conveniência de sua operação no tecido urbano existente - áreas legalmente protegidas, de menor interesse à produção imobiliária do mercado - foi arrolado no escopo do Projeto Porto Maravilha, possibilitando assim que esse atendesse às exigências estabelecidas por Lei quanto à componente habitação de interesse social, (HIS) na sua modelagem como OUC.

Do Pro-APAC

O “programa de apoio financeiro à recuperação de imóveis de preservação” (Pro-APAC), criado por decreto municipal, no momento em que a cidade conquistara o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO (2012), foi mais uma iniciativa da Prefeitura no contexto da reabilitação de áreas históricas, consideradas desde os anos 1990 como potenciais ferramentas para revitalização econômica, em especial no segmento turístico.

Com o objetivo de conceder “apoio financeiro a projetos voltados à conservação ou restauração de imóveis, preservados ou tombados (...)”, o programa selecionava beneficiários por meio de editais públicos para “projeto cultural”. Também quanto ao público alvo, além dos arquitetos, voltava-se a artesãos e restauradores, organizados não apenas em empresas ou escritórios, mas em produtoras culturais, organizações não governamentais (ONG) ou organizações sociais (OS). Ou seja, seu instrumento legal voltava-se à produção cultural e não a serviços de arquitetura, como exigiria sua natureza – recuperação ou restauração de imóveis. (FARIA, 2016)

Acenando com a recuperação e uso de imóveis degradados ou ociosos nos perímetros legalmente protegidos, o programa se apresentava como vindo ao encontro dos anseios de muitas décadas. Sua operacionalidade contava com oferta de recursos financeiros (“a fundo perdido”), envolvimento dos profissionais de patrimônio e seleção de beneficiários de forma democrática (por meio de editais). Com esses ingredientes o programa conquistou prestígio no campo do patrimônio, sendo inclusive, agraciado com o Premio Rodrigo Melo Franco de Andrade do IPHAN (2014).

Contudo, seus resultados frustraram tais expectativas em virtude de equívocos tanto na concepção, como na operação. A título de exemplificação pode-se mencionar o não enfrentamento da realidade fundiária dessas áreas, com inúmeros problemas de registro imobiliário. O formato do programa não conseguia atrair os proprietários que tinham imóveis nessas circunstâncias e nos três editais a demanda de interessados foi aquém da disponibilidade de recursos. Assim, dos três editais lançados, num universo de milhares de imóveis preservados, foram apoiados apenas 24 (vinte e quatro) imóveis.

O programa, assim como outras estratégias do município, pautava-se no princípio da “contaminação positiva”, ou seja, o de que uma intervenção pontual pudesse irradiar seus efeitos à vizinhança imediata e assim, aos poucos, áreas sucessivamente maiores apresentassem os mesmos resultados. Entretanto com tão poucas intervenções esparsas, esse efeito não se verificou.

Também problemas nos critérios de seleção poderiam ser apontados. Apesar desses, aparentemente, privilegiarem o uso habitacional, na conjugação de dispositivos, o edital tendia a favorecer outros usos, especialmente o segmento da economia criativa, não dando conta da ampliação da oferta de habitação social no centro, nem viabilizando efetivamente a fixação da população residente. A ausência de medidas adequadas à realidade social local tendia a atrair proprietários interessados na obtenção de maiores rendas a instalar novos usos, desalojando antigos moradores. Ou seja, sob esse ponto de vista, o inexpressivo resultado quantitativo do programa inibiu possíveis efeitos gentrificadores. (FARIA, 2016)

Sobre o edital, que sugere ter adotado modelo da produção cultural visando alcançar agilidade, no contexto do GPU, tal opção pode também ser vista como uma forma de afirmar representações simbólicas mais favoráveis ao momento. Independentemente da motivação, acabou por esbarrar em dificuldades jurídico administrativas, em virtude de tratar execução de obras como atividade cultural. (FARIA, 2016)

Assim, diante de alguns equívocos, sua abrangência limitou-se a resultados pontuais, frustrando inclusive os segmentos menos esperançosos dentre os profissionais de patrimônio. Porém, apesar da pouca expressão como política habitacional e de patrimônio, sua veiculação na mídia cumpriu possíveis objetivos não revelados, como, a construção de uma imagem favorável ao projeto Porto Maravilha e aos seus agentes.

A aparente ausência de reflexão crítica no interior do campo do patrimônio, neste caso, quanto à formulação do programa e seus possíveis efeitos, sugerem decorrer de ambiente favorável ao acolhimento de iniciativas de natureza cosmética ou espetacular. A histórica associação do patrimônio ao turismo como meio capaz de viabilizar ações de preservação pode ser, dentre muitos outros, percebido como um fator que contribua para sustentação de correntes de pensamento que, pragmaticamente, apóiam determinados níveis de conciliação de interesses em prol, por exemplo, da recuperação de um determinado imóvel. Arrisca-se então supor que sejam essas as circunstâncias que, para além da desejada interlocução entre os campos no desempenho de suas próprias atribuições, possibilitem, a partir de alguns agentes, sua convergência.

Finalmente, na confrontação dos dois programas analisados, observa-se que o Novas Alternativas, que opera a salvaguarda do patrimônio associado à dinâmica urbana (neste caso à produção da habitação) e busca mecanismos sociais, jurídicos e burocráticos voltados à fixação da população local, sugere ter como referência teórica os princípios da conservação integrada, que têm na dimensão social o alicerce das ações patrimoniais. Enquanto isso, o Pro-APAC sugere ter se pautado por uma nova geração de estratégias na produção do espaço urbano, associadas ao estímulo da imagem e do consumo, à espetacularização, ao entretenimento e à “cidade criativa”. Tais estratégias, operadas em práticas de *city marketing* e promoção da cultura, sugerem que ações voltadas ao

patrimônio têm como referente outras dimensões que não a social, mas a econômica, financeira e política.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: TENDÊNCIA À CONVERGÊNCIA ENTRE OS CAMPOS DO PATRIMÔNIO E DO GRANDE PROJETO URBANO.

A natureza integradora da preservação às demandas sociais do desenvolvimento urbano, ainda que enunciadas na conservação integrada (Declaração de Amsterdã, 1975), como exemplificado a seguir, não encontram eco nos GPU.

(...) para evitar que as leis de mercado sejam aplicadas com todo o rigor nos bairros restaurados, o que teria por consequência a evasão dos habitantes, incapazes de pagar aluguéis majorados, é necessária a intervenção dos poderes públicos no sentido do estabelecimento de políticas econômicas destinadas às habitações sociais (CURY, 2000, p.206).

Porém, ao contrário do preconizado na Declaração, nesses projetos observa-se tendência gentrificadora, pois em seu bojo estão os objetivos da valorização imobiliária e da atração de investimentos e público solvente para consumo (VAINER, 2011). Como mencionado, a produção do espaço urbano nas metrópoles contemporâneas, nos modelos tomados como paradigmáticos, vêm realizando uma apropriação mercadológica do patrimônio cultural e o distanciando de seus valores e sentidos constituintes.

O projeto Porto Maravilha mostra-se exemplar da situação descrita, pois desperdiçou a chance de realizar grande programa habitacional em área central, visto que 63% (sessenta e três por cento) do território era da União. Da mesma forma não aproveitou esforços anteriormente realizados, no âmbito do Programa Novas Alternativas, destinado à produção habitacional no tecido histórico da área central, ainda que este tenha feito parte do escopo do projeto Porto Maravilha. Ao contrário, o modelo de intervenção na zona portuária promoveu a valorização imobiliária na região, tornando cada vez mais remota a possibilidade de produção de habitação social em seus tecidos históricos.

Enquanto isso se privilegiou o Programa Pro-APAC, que longe de se constituir em política habitacional e de patrimônio, conquistou a simpatia de proprietários de imóveis e profissionais atuantes em restauração, além de produtores culturais. Ainda assim, o Programa teve resultado insipiente - atendeu a poucos imóveis e de forma dispersa - frustrando as expectativas em relação à aspiração de conjuntos arquitetônicos recuperados. Contudo, sua ampla divulgação trouxe bons dividendos à imagem do projeto Porto Maravilha perante a população em geral.

Na dimensão teórica, o reconhecimento dos tecidos urbanos como bem cultural e os desafios impostos a sua proteção e conservação contribuíram para a aproximação entre os campos do patrimônio e do urbanismo, suscitando entrelaçamento de suas políticas.

Contudo, num outro viés – no da execução das políticas, urbanas e de patrimônio - podem ser tecidas reflexões a respeito das tensões e disputas que se identifica entre o campo dos agentes da transformação urbana e o da preservação do patrimônio. Dos estudos realizados na cidade do Rio de Janeiro, adotando como objeto o projeto Porto Maravilha, nos anos que antecederam aos jogos olímpicos de 2016, pôde-se observar que tais disputas se associam seja ao contexto da ampliação do campo do patrimônio, seja ao de um realinhamento de forças. (FARIA, 2016).

Na primeira situação – ampliação do campo – tem-se que a inclusão da dimensão urbana no campo do patrimônio e com essa as novas práticas de proteção e conservação dos ambientes urbanos exigiram a assimilação de novos conceitos e sucessivas experimentações metodológicas de intervenção, provocando confrontos, ainda hoje perceptíveis, no interior dos órgãos de patrimônio. O discurso em pauta já incorporou essa nova dimensão e contempla a inclusão dos agentes sociais e dos processos de desenvolvimento urbano nas ações de conservação, porém o aparato legal e as práticas cotidianas na análise e fiscalização de projetos e obras, de modo geral, ainda, em grande parte, se atrelam à materialidade dos conjuntos urbanos. Conquanto, cabe também notar os efeitos das idéias e aspirações oriundas de agentes de diversas esferas da sociedade, como movimentos sociais, étnicos, ambientais; segmentos econômicos; representantes políticos; dentre outros, que nas últimas décadas vêm interferindo nos debates internos aos órgãos e contribuindo na formulação das políticas.

Na segunda situação - realinhamento de forças – observam-se sintomas que sugerem decorrer da condição hegemônica que o GPU, como forma de produção do espaço urbano contemporâneo, conquistou. Tais sintomas se manifestam tanto nas relações que se estabelecem no interior dos órgãos de patrimônio, como nas desse campo com o do GPU.

Por outro lado, na relação entre os campos – patrimônio e GPU - arrisca-se supor que a tendência ao consenso em torno do grande projeto, então considerado no discurso oficial como paradigmático, atribui a esse campo condição de supremacia sobre o do patrimônio, o que impõe aos gestores dos órgãos desse último, subordinação.

A título de exemplo dessa correlação de forças, pode-se mencionar a abordagem que o Projeto Porto Maravilha realiza da APAC SAGAS. Segundo seus agentes à época da implantação do projeto, essa área, legalmente protegida, era dita “intocável”. Essa expressão, recorrentemente repetida, se mostrava investida de dois sentidos: primeiro, revestir a operação do caráter cultural necessário à simpatia do grande público e segundo, afirmar a delimitação territorial permitida ao patrimônio.

Como anteriormente mencionado, o projeto ao invés de integrar as novas edificações à estrutura existente, isola a APAC SAGAS, promovendo rupturas em várias dimensões, tais como: física, econômica, social, cultural, paisagística, escalar. Evidencia assim, no contexto do projeto, a leitura feita dessa área: como um objeto a parte. Ou seja, na intenção prioritária de realização de um alto potencial construtivo, essa área não conta. Tal abordagem evidencia a desconsideração do tecido pré-existente e seus valores por parte do GPU, bem como a afirmação da sua lógica de produção do espaço urbano.

Ora, é pois essa a área que abriga o significativo patrimônio cultural da região. Contudo, as estratégias observadas na sua conservação sugerem evidenciar o cumprimento dos “compromissos” estabelecidos com o modelo de intervenção dominante”, conforme acima mencionado. Na “área autorizada” às políticas de patrimônio, devem ser selecionadas aquelas que dêem visibilidade e retorno financeiro aos agentes do GPU no livre mercado cultural. Isso explica o investimento no Programa Pro-APAC e o pouco interesse no Programa Novas Alternativas.

Na convergência dos dois campos, identifica-se que o principal papel do patrimônio cultural na lógica dos GPU é a mobilização do seu capital simbólico em favor do apaziguamento de tensões e promoção do consenso social indispensável à realização do grande projeto. (VAINER, 2011; SÁNCHEZ, 2010)

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pp. 11 – 74
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Edições 70, 2015
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009
- CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio: antologia para um combate*. Lisboa. Edições 70, 2011.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- ETTERN (coord.). *Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira? Relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: Laboratório estado, trabalho, território e natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2005-2006. Recursos do Lincoln Institute of Land Policy.
- FARIA, Maria Lúcia Borges de. *Preservação do patrimônio cultural urbano no “Porto Maravilha”, Rio de Janeiro: disputas e deslocamentos de sentido nas políticas, práticas e instrumentos*. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Universidade Federal Fluminense - UFF. Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo - PPGAU. Niterói/RJ, 2016.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2012

KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In ARANTES, Antonio Augusto. (org). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000. pp.256-287

OROZCO, Mariana Doet Zepeda. *Moradia na reabilitação das áreas centrais*. Rio de Janeiro: Programa Novas Alternativas. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense – PPGAU/UFF, Niterói, RJ, 2007

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Habitação. *Novas alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (In)sustentabilidade das cidades vitrine. In: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 155-176

SÁNCHEZ, Fernanda; BROUDEHOUX, Anne-Marie. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: Planning in a state of emergency. *International Journal of Urban Sustainable development*. Publicado on-line em 24 de outubro de 2013, Vol. 5, No.2, 132 – 153. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/19463138.2013.839450>. Acesso em Junho, 2014.

VAINER, Carlos. OLIVEIRA; Fabrício Leal de; LIMA JR, Pedro Novais. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de (org.) [et al.]. *Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, pp.11 - 23.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO,

Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pp.75 – 104